

Lira adia debate sobre anistia para atrair apoio do PT a Motta

Congresso Presidente da Câmara cria comissão para discutir projeto e ganha tempo para conquistar apoio de petistas ao candidato à sua sucessão, sem desagradar o PL

Lira formaliza apoio à candidatura de Hugo Motta e adia debate sobre anistia

Raphael Di Cunto, Marcelo Ribeiro e Caetano Tomet
De Brasília

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), oficializou nesta terça-feira o apoio à candidatura de Hugo Motta (Republicanos-PB) como seu sucessor e criou uma comissão especial para discutir o projeto de lei que anistia os golpistas do 8 de janeiro de 2023 e o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). O ato teve o objetivo de tirar o assunto da discussão sobre a sucessão na Casa, mas foi criticado por parlamentares de direita.

A estratégia de Lira foi adiar o debate para abrir caminho agora para apoio dos petistas, segunda maior bancada, sem desagradar os bolsonaristas, que são a primeira em número de deputados. O texto estava prestes a ser votado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa, mas agora será debatido por uma comissão de 34 deputados, com relator e presidente que ainda serão escolhidos entre os membros, e com semanas de debates pela frente. Apesar disso, Lira tem prometido resolver o assunto ainda em sua gestão, até dezembro.

O PT se reuniu nesta terça-feira com os dois adversários de Motta: os líderes do União Brasil, Elmar Nascimento (BA), e do PSD, Antônio Brito (PSD-BA). Ambos indicaram que podem votar contra a proposta da anistia em troca do apoio dos petistas na eleição e também reforçar a base aliada do governo Lula (PT) na Câmara.

Nascimento foi o primeiro líder partidário a sinalizar aos bolsonaristas que poderia ajudar a aprovar a matéria, mas tem trabalhado contra desde o rompimento com Lira. "Não tem como eu receber o apoio do PT e da esquerda e apoiar a pauta mais contrária", afirmou. Já Brito não quis comentar o assunto ao deixar a reunião com o PT.

Com a expectativa de apoio do PL, que se reunirá nesta quarta-feira, às 15h, Motta afirmou que buscará dialogar com o partido sobre os temas que julgarem importantes. "Não vejo um assunto, por mais importante que seja, que é um tema que vai ser debatido e discutido [...] e vamos construir relatório que possa buscar aquilo que a Casa hoje apresenta", declarou.

O projeto da anistia se tornou



Bolsonaro vai ao Congresso: "Arthur Lira não está impondo nada para mim nem eu para ele. Em comum acordo, uma das alternativas foi a criação da comissão"

um cavalo de batalha na eleição pela presidência da Câmara em 1º de fevereiro. O PL cobra apoio dos candidatos a essa proposta em troca dos votos na disputa. Já os petistas, pressionados pelas bases, adotaram o discurso de que haverá veto ao candidato que orientar seu partido a anistiar os golpistas.

Mais de mil pessoas são julgadas pela participação em protesto contra a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em 8 de janeiro de 2023, quando as sedes dos três Poderes da República em Brasília foram invadidas e depredadas por apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Cerca de 200 já foram condenados por tentativa de golpe de Estado e por tentativa de abolição violenta do Estado democrático de direito.

Bolsonaro foi pessoalmente ao Congresso na terça-feira para negociar a sucessão na Câmara e Senado e o projeto da anistia e disse que concordou com a comissão. "Não adianta aprovar por 200 a zero, ou 500 a zero na comissão, se o dono da pauta para o plenário é o nosso Arthur Lira. Então Arthur Lira não está impondo nada para mim nem eu para ele. Em comum acordo, uma das alternativas foi a criação da comissão", disse o ex-presidente.

Segundo o Valor apurou, Bolsonaro e o presidente do PL, Valdemar Costa Neto, se reuniram

com Lira na segunda-feira, quando ouviram que este seria o melhor caminho para viabilizar a anistia. A tese do presidente da Câmara é livrar de punição quem apenas protestou, mas sem perdoar quem depredou e vandalizou patrimônio público.

O ex-presidente também quer utilizar o projeto para se livrar de punições que o impeçam de concorrer nas próximas eleições. Ele foi declarado inelegível no ano passado por ter realizado uma reunião com embaixadores para afirmar, sem provas, que o sistema eletrônico de votação era vulnerável. O encontro, realizado em julho de 2022, foi transmitido pela TV Brasil.

Apesar do apoio de Bolsonaro, a criação da comissão especial foi criticada por parlamentares de direita. "Está na contramão do projeto e da preocupação com a vida dessas pessoas. Elas vão continuar presas, sofrendo de forma arbitrária e abusiva", protestou o deputado Alberto Fraga (PL-DF).

"Essa atitude do Lira não foi nada legal. Não concordei porque está

"Essa atitude do Lira não foi nada legal. Não souu nada bem"
Bibo Nunes

sendo para retardar e não souu nada bem", disse o deputado Bibo Nunes (PL-RS).

O deputado Gilson Marques (Novo-SC) disse que a estratégia foi ruim se Lira pensou na sucessão. "Muitos que consideram essa pauta importante vão pensar duas vezes no candidato que ele indicar", afirmou. "É a prova de que o poder do presidente é sempre muito grande e precisa resolver isso antes de qualquer coisa. Fizemos várias reuniões na CCJ, dias e dias de trabalho e discussão, independente se as pessoas concordam ou não. Aí chega uma única pessoa, pega a bola, diz que o campo é dela e apaga a luz", criticou.

Segundo aliados de Lira, contudo, a criação da comissão especial ocorreu num movimento para atrair o PT para o arco de alianças de Motta. Ao adiar a votação, o presidente da Câmara ganha tempo para que os petistas declarem apoio ao líder do Republicanos e, com isso, force a desistência de seus adversários, que dependem do governo para se viabilizarem.

Para a deputada Sãmia Bonfim (Psol-SP), a pauta perdeu força porque Bolsonaro não saiu forte e vitorioso das eleições municipais, mas Lira a mantém em discussão para manter o PL em sua zona de influência. "Acredito que ele queira ganhar tempo, pois o PT colocou o tema como condicionante para o apoio ao Hugo

Motta. Ao mesmo tempo não pode enterrar o projeto, precisa também dos bolsonaristas mais fanáticos", comentou.

A criação de comissões especiais para debater um único projeto, inclusive, é fato inédito na gestão de Lira como presidente da Câmara. Ele está no comando da Casa desde 2023, mas nunca tinha criado um colegiado com essa finalidade. Sempre preferiu adotar grupos de trabalho, onde podia nomear sozinho o relator, ou então aprovar requerimentos de urgência para levar os textos direto ao plenário sem muitos debates públicos.

Ao instalar a comissão do PL da anistia, Lira fez uma longa justificativa publicada no "Diário Oficial da Câmara". Listou outros colegiados que já existiram ao longo dos anos e afirmou que, "em razão da sensibilidade do tema e de suas repercussões sobre direitos fundamentais", o debate precisa ser conduzido com "rigor técnico, ponderação" e sem "pressões imediatistas".

Nesta quarta-feira, haverá reuniões do PL, PT, MDB e Podemos para discutir a sucessão. O Podemos está fechado com Motta e deve ser o terceiro partido a declarar apoio, após PP e Republicanos. Os petistas tendem a adiar a decisão. Já Elmar Nascimento chegou na reunião da bancada do PT com líderes de PSD, PRD, Avante, PDT e Solidariedade, que estão aliados ao seu bloco.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Política Caderno: A Pagina: 12